

DIREITOS HUMANOS E LITERATURA: REDUZINDO VULNERABILIDADES SOCIAIS ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Robert Reiziger de Melo Rodrigues¹

Leticia Schneider Ferreira²

Resumo

Este artigo pretende observar as vulnerabilidades das crianças atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Bento Gonçalves/RS, bem como suas especificidades e inserção na comunidade, a fim de propor atividades literárias com intuito de realizar ludicamente o efetivo ensino dos Direitos Humanos desde a infância. Através da pesquisa, evidenciou-se que as principais dificuldades das crianças atendidas pelo SCFV para a boa convivência em sociedade dizem respeito às questões envolvendo gênero, religiosidade e sexualidade. A partir dessa constatação, foram planejadas ações literárias que objetivaram a promoção dos Direitos Humanos e a redução de desigualdades sociais, propiciando o acolhimento e a redução da situação de vulnerabilidade das crianças atendidas, permitindo uma melhor qualidade de vida e colaborando na constituição de cidadãos autônomos e atuantes na mudança de suas realidades.

Palavras-chave

Direitos Humanos, vulnerabilidade, literatura, contação de histórias.

Recebido em: 14/08/2020

Aprovado em: 07/12/2020

¹ Graduando em Letras pelo IFRS - *Campus* Bento Gonçalves. Educador Social. robertreiziger2009@gmail.com.

² Doutora em História (UFRGS). Docente do IFRS - *Campus* Bento Gonçalves. leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

HUMAN RIGHTS AND LITERATURE: REDUCING SOCIAL VULNERABILITIES THROUGH STORYTELLING

Abstract

This article aims to investigate the vulnerabilities of children assisted by the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV) of Bento Gonçalves/RS, observing their specificities and insertion in the community, as well as proposing literary activities in order to perform the effective teaching of Human Rights since childhood. Through the research, it was evidenced that the main difficulties of the children attended by the SCFV for the good coexistence in society concern issues involving gender, religiosity and sexuality. From this finding, literary actions were planned that aimed at promoting human rights and reducing social inequalities, providing the reception and reduction of the situation of vulnerability of the children attended, allowing a better quality of life and collaborating in the constitution of autonomous citizens and active in changing their realities.

132

Keywords

Human Rights, vulnerability, literature, storytelling.

INTRODUÇÃO

Este texto faz parte do resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido durante o ano de 2019 no IFRS *Campus* Bento Gonçalves, que teve como tema a prática docente em espaços não formais de educação. A prática educacional escolhida para ser abordada é a contação de histórias, uma vez que a Literatura apresenta uma série de benefícios ao público infantil, que serão elencados posteriormente.

Tem-se como objetivo promover os Direitos Humanos e reduzir as vulnerabilidades sociais através de atividades lúdicas envolvendo livros de literatura infantil que abordam a temática dos Direitos Humanos, além de proporcionar a inclusão e a cidadania através da contação de histórias literárias. O projeto justifica-se por conta da falta de formação dos Educadores Sociais e do desconhecimento sobre as especificidades dos serviços de acolhimento, o que faz com que diversos profissionais desistam pouco tempo depois de ingressar na função. Dessa forma, pretende-se transformar os resultados desse projeto de pesquisa em um curso de extensão destinado a profissionais que atuam ou que atuarão em espaços não formais de educação. Esse curso reunirá práticas pedagógicas que foram realizadas a partir de livros literários e que podem ser utilizadas por Educadores e Educadoras que necessitam de amparo pedagógico e de referência quanto às vulnerabilidades sociais com as quais atuarão.

A metodologia da pesquisa contou com uma revisão bibliográfica acerca da importância dos Direitos Humanos, do surgimento da Educação Social e dos benefícios das contações de histórias. Em seguida, para efetivar este projeto, o autor acompanhou, todas as quintas-feiras, ao longo de um mês e de forma voluntária, aulas ministradas para crianças de quatro a oito anos em um dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos³ do município. Ao todo, vinte crianças foram contempladas pela pesquisa. Após o acompanhamento, foram elencadas algumas temáticas referentes aos Direitos Humanos que estavam, aparentemente, pouco desenvolvidas nas crianças, sobre as quais

³ Optou-se por não identificar o local, tampouco os participantes.

foram planejadas ações de forma a suprir suas carências sociais. Ao final da pesquisa, as atividades foram aplicadas, a fim de verificar sua eficiência ou ineficiência no combate às vulnerabilidades. Dessa forma, a pesquisa permitiu análises tanto quantitativas como qualitativas, verificadas pelos resultados obtidos com as atividades literárias.

De acordo com a política de Assistência Social de Bento Gonçalves/RS, compete ao município propor e executar ações voltadas ao fortalecimento de vínculos afetivos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Entende-se por “vulnerabilidade social” o conceito difundido pelo Ministério do Desenvolvimento Social:

vulnerabilidade refere-se ao indivíduo e famílias com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e ou acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social. (BRASIL, 2009, p. 29).

Conhecer as vulnerabilidades sociais e as desigualdades é fundamental, visto que a inclusão dos “invisíveis” é um dos pilares que orientam uma sociedade ética e justa. Nesse ínterim, esta pesquisa justifica-se pela contribuição que a literatura pode promover no desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança. A literatura infantil, além de desenvolver a imaginação e a compreensão, pode desenvolver as habilidades de leitura e de escrita, atuando de maneira positiva no processo de aprendizagem da criança. Assim, a literatura infantil pode auxiliar na constituição de um sujeito ativo, responsável pela sua aprendizagem, que sabe compreender o contexto em que vive e modificá-lo de acordo com a sua necessidade. Além disso, deve-se reconhecer que o trabalho dos Serviços de Convivência é de suma importância para o desenvolvimento das crianças atendidas, no intuito de que as limitações impostas pelo contexto social não se mantenham durante a vida adulta.

O ensino de Direitos Humanos na infância

Os Direitos Humanos apresentam-se como uma série de elementos que visam garantir a proteção da existência dos indivíduos e, muitas vezes, de sua liberdade e de suas práticas culturais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento de 1948, articulado por várias mãos e que abarca diferentes perspectivas, defende uma visão universalista referente a alguns direitos básicos, além de salientar os discursos por liberdade e, principalmente, pela obtenção da igualdade entre as pessoas. Os Direitos Humanos conduzem a busca por aproximações entre os diferentes seres humanos, observando a necessidade de respeito e de proteção que todos possuem. Comparato ressalta que a concepção dos Direitos Humanos leva à:

(...) revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação – pode afirmar-se superior aos demais.(COMPARATO, 2015, p. 154).

Assim, é inegável que os princípios vinculados aos Direitos Humanos procuram abarcar a todos, compreendendo que os indivíduos devem ter sua integridade e dignidade preservadas simplesmente por serem humanos.

O tema dos Direitos Humanos deve, deste modo, ser um componente presente em todos os níveis educacionais, sendo promovido desde a infância, no intuito de contribuir para uma formação mais empática. A educação em Direitos Humanos requer uma postura de comprometimento com o combate aos discursos de ódio e posturas segregacionistas, visando ações que possam apresentar valores de respeito pelos diferentes olhares e pelas diversas interpretações de mundo. Estes valores consistem na perspectiva de inclusão, de apreço pela democracia e de defesa da liberdade e da igualdade como elementos fundadores da sociedade. Quanto à importância dos Direitos Humanos, Benevides argumenta que:

A educação em direitos humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana mediante a promoção e a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação dessa cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados - os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2003, p. 309-310).

A compreensão da necessidade de estabelecer uma educação sustentada pela perspectiva dos Direitos Humanos mostra-se essencial e é interessante que este processo já seja iniciado na Educação Infantil. A formação da criança deve contemplar a reflexão sobre estes temas, uma vez que ela própria é um sujeito de direitos e que deve inserir-se em um mundo complexo por meio da possibilidade de não apenas interpretá-lo, mas também modificá-lo em prol da obtenção de uma sociedade mais justa.

A defesa da inserção da Educação em Direitos Humanos tensiona a própria reflexão sobre o papel formativo do ambiente escolar, uma vez que os Direitos Humanos não são, em um primeiro momento, uma disciplina constante do quadro curricular. Contudo, é necessário refletir que o espaço escolar é o local primordial de convivência, do confronto com a diferença e, em especial, do diálogo. O hábito do diálogo democrático e da escuta da diferença deve abarcar todas as fases de vida da criança, demonstrando que o espaço escolar não deve se contentar em transmitir um rol específico de conteúdos, mas sim instigar a constituição de um olhar humanitário sobre o sofrimento do outro. Candau refletiu sobre a aproximação entre o direito à educação e a educação em Direitos Humanos, e afirma que:

No que diz respeito à interrelação entre direito à educação e educação em direitos humanos, num primeiro momento, as reflexões sobre estes campos se deram de modo independente. No entanto, foram se aproximando progressivamente e foi sendo assumida a perspectiva que considera a educação em direitos humanos como um componente do direito à educação e elemento fundamental da qualidade da educação que desejamos promover. Sendo assim, estas duas preocupações se entrelaçam na busca da construção de uma educação comprometida com a formação de sujeitos de direito e a afirmação da democracia, da justiça e do reconhecimento da diversidade na sociedade brasileira. (CANDAU, 2012, p. 724).

A educação em Direitos Humanos, desde a Educação Infantil, pode ser um instrumento essencial para resgatar uma concepção mais ampla das funções da escola, como espaço de transformação em constante diálogo com a sociedade. Indubitavelmente, a perspectiva dos Direitos Humanos vai de encontro com os discursos que promovem a competição e o individualismo, e tem como foco um olhar integral sobre o ser humano, valorizando o coletivo e todas as habilidades que cada criança demonstra ter de modo igualitário. A apresentação dos Direitos Humanos como princípios basilares para o convívio harmônico em sociedade perpassa pela formação docente dos professores, os quais devem também reconhecer esses ideais e adotá-los em sua prática profissional. Os procedimentos regulares da escola também devem exemplificar o compromisso ético com os valores dos Direitos Humanos, estimulando a cidadania e a participação da comunidade escolar nos processos decisórios. Zluhan e Raitz salientam que:

(...) é fundamental que o educador tenha oportunidade de participar de cursos de formação inicial e continuada, voltados para a difusão dos ideais e valores dos direitos humanos, da democracia e da cidadania como eixos norteadores de toda e qualquer prática escolar. É importante ressaltar que de nada adianta a escola se preocupar com uma educação em direitos humanos, com a formação dos docentes, se ela não vive cotidianamente práticas democráticas e cidadãs com os alunos, pais e comunidade em geral. (ZLUHAN; RAITZ, 2014, p. 44).

A socialização respeitosa e com um olhar empático também é um elemento que deve ser aprendido e, se tais tópicos estiverem integrados nas práticas da Educação Infantil, há a possibilidade de que a escola, espaço do conflito e da divergência, a qual, muitas vezes, acaba por derivar em violência psíquica e física, pode vir a tornar-se um local que contempla a cultura de paz, na qual o estudante humaniza-se concomitantemente ao seu processo de aprendizagem. Gorczewski e Tauchen explicitam que:

a educação escolar precisa ser um espaço-tempo que propicie, contextualizadamente, a compreensão da realidade. Precisamos compreender que, enquanto homens, mulheres e crianças, necessitamos aprender a ser gente, a ser humanos, como também precisamos compreender que essa aprendizagem se dá dentro de uma realidade que precisa ser conhecida, desvelada e transformada (GORCZEWSKI; TAUCHEN, 2008, p. 73).

Contudo, a aproximação das crianças com o tema dos Direitos Humanos deve contemplar ações lúdicas, que despertem o seu interesse e tornem-se uma aprendizagem significativa. Dessa forma, a aprendizagem pode envolver atividades como jogos, brincadeiras e a leitura de histórias que estejam afinadas com estes princípios humanitários. Assim, a literatura infantil mostra-se uma ferramenta extremamente válida para este momento de abordagem inicial, sendo necessária a realização de um levantamento de obras infantis que tratem de temas dos Direitos Humanos, propondo momentos de leitura e reflexão sobre os textos e seus personagens, demonstrando às crianças as situações pelas quais estes passam e como é possível refletir e modificar experiências de violação dos Direitos Humanos.

O surgimento da Educação Social e sua relevância nos espaços de atuação

Houve, a partir do século XVI, uma reformulação do espaço de ensino. O ensino era, até então, feito por professores de forma isolada. A partir daí, foram construídos prédios que abrigavam várias salas de aula e, de certa forma, padronizaram o espaço do que hoje conhecemos como escola. Essa reformulação exigiu que os professores, dentro de suas autonomias, ensinassem conteúdos similares, “resultando numa gradação sistemática e numa divisão correspondente de matérias” (PETITAT, 1994, p. 144). Assim, os chamados “saberes escolares” constituíram disciplinas individuais, modelo escolar utilizado até os dias atuais.

Neste momento histórico, a escola estava restrita a poucos privilegiados que se alfabetizavam. Os jovens iam à escola aprender a ler e escrever como um instrumento de alfabetização, apenas. Essa restrição às camadas privilegiadas, ainda que em menor escala, ainda ecoa em nossa sociedade nos dias atuais, tendo em vista que os indivíduos pertencentes às classes sociais menos favorecidas, mesmo que tenham acesso gratuito à educação, são os que menos concluem o ensino básico.

A partir de 1950, há crescente reivindicação das camadas populares pelo direito à escolarização, o que leva à ocorrência da democratização da escola e de outros espaços educacionais (SOARES, 2004, p. 166). O número de alunos no ensino médio triplica e, como consequência, há contratação mais ampla e menos seletiva de professores, fato que ecoa até hoje, pois do Educador Social, por exemplo, é exigida apenas formação de nível médio. A partir da inclusão das classes menos favorecidas na educação, percebeu-se a necessidade de criar projetos no contraturno escolar com intuito de garantir a permanência e êxito dos educandos que até então não tiveram contato algum com o ambiente escolar. Dessa forma, o governo federal cria os Centros de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CEACRIs). A partir daí surge, no Brasil, o conceito de ‘Pedagogia Social’, através dos termos ‘Educador Social’ e ‘Educação Popular’:

A terminologia Pedagogia Social aparece no Brasil pela primeira vez relacionada à terminologia Educação Popular, no século XX, ambas atreladas a um contexto histórico em que grande parte da população brasileira não tinha acesso à escola, não sabiam ler ou escrever (RIBAS, 2010, p. 94).

A ocupação de Educador Social foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, apenas em 2009. Suas atribuições e deveres referem-se ao acolhimento de crianças e jovens em situações de risco pessoal e social, e tem como local de trabalho as ruas, abrigos e espaços de convivência. Dessa forma, o Educador Social caracteriza-se por ser um profissional que utiliza ferramentas pedagógicas para intervir nas problemáticas dos indivíduos. Este profissional passa, portanto, a ser responsável por atividades pedagógicas que estimulem a integração social de crianças e jovens em situação de risco, excluídos e/ou em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, o município de Bento Gonçalves possui cinco Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e um Centro de Convivência Infantil (CECI). A nomenclatura CEACRI foi substituída por SCFV em 2009, quando estes espaços deixaram de vincular-se à Secretaria de Educação e passaram a ser coordenados pela Secretaria de Assistência Social. Os SCFV localizam-se em bairros com alta taxa de vulnerabilidade e as crianças atendidas

frequentam estes serviços no contraturno escolar. O papel do Educador Social dentro destes serviços é fundamental para que os jovens atendidos sintam-se acolhidos e protegidos pelos direitos humanos básicos, como o direito à alimentação e ao convívio social. Dessa forma, constata-se que, no cotidiano deste profissional, é necessário estar presente a tentativa de resgate dos sentimentos que, ao longo da trajetória de cada criança, foram perdidos devido à carências emocionais ou vivências que violaram seus direitos humanos.

A maioria dos Educadores Sociais são graduandos que atuam como estagiários. Isso significa que os profissionais não estão capacitados para trabalhar os diferentes métodos pedagógicos que garantam aos indivíduos atendidos pelos Serviços de Convivência a ressocialização e a reestruturação de sua cidadania; e daí a relevância desta pesquisa: justamente por conta da falta de formação e desconhecimento sobre as especificidades dos serviços de acolhimento, diversos Educadores Sociais desistem pouco tempo depois de ingressar na função. Por esse motivo, esta pesquisa pretende divulgar, em um futuro projeto de extensão, práticas pedagógicas a partir de livros literários que podem ser utilizadas por educadores e educadoras que necessitam amparo pedagógico e referência quanto às vulnerabilidades sociais com as quais atuarão.

A importância da Literatura para o resgate da imaginação

A literatura infantil, em suas manifestações orais e escritas, é fundamental para a formação de uma sociedade leitora. Ouvir histórias, contadas ou lidas, entrar em contato com os livros, manuseá-los, observar as ilustrações, leva a criança a desenvolver a imaginação, a elaborar as emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa. No entanto, Vargas Llosa (2004, p. 351), ciente da realidade da maioria dos países em desenvolvimento, afirma “que acontece o contrário, que a literatura tende a se encolher e, inclusive, desaparecer do currículo escolar como ensinamento prescindível”. Assim, cabe aos professores e educadores a tarefa de difundir a literatura, seja através da leitura, seja através da contação de histórias.

Escutar histórias é o início da aprendizagem para ser um bom leitor. Uma contação de história consegue deixar fluir o imaginário e leva a criança a ter curiosidade para descobrir o mundo dos conflitos, dos impasses, das soluções que todos vivem e atravessam, de um jeito ou de outro, através dos problemas que vão sendo encontrados e resolvidos. (COELHO, 2000, p. 3). Abramovich enfatiza a importância de ouvir histórias para a formação da criança:

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e compreensão de mundo [...] é ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve – com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário! (ABRAMOVICH, 1993, p. 16-17).

Sabe-se que existem dois fatores que contribuem para que a criança desperte o gosto pela leitura: a curiosidade e o exemplo. Dessa forma, contar histórias literárias mostra-se importante na formação de crianças que, por meio delas, poderão informar-se sobre a vida e os ambientes que as cercam, resgatando qualidades e o valor de experiências coletivas:

O ofício de contar histórias é remoto (...) e por ele se perpetua a literatura oral, comunicando de indivíduo a indivíduo e de povo a povo o que os homens, através das idades, têm selecionado da sua experiência como mais indispensável à vida. (MEIRELES, 1979, p. 41).

Para Torres e Tettamanzy (2008, p. 5), “contar histórias é arte performática, em que se tenta retransmitir os contos pelos meios nos quais surgiram, ou seja, através de voz, corpo e gesto.” Assim, justifica-se o porquê, há séculos, o ato de contar histórias encanta crianças, jovens e adultos de todo o mundo, independentemente do lugar em que nasceram ou de sua origem social. Os contos de fadas, por exemplo, por meio de uma linguagem simbólica, abordam os grandes dilemas existenciais humanos, como o bem, o mal e a morte, tornando-se imprescindíveis para a criança compreender melhor a si mesma e aos outros no convívio social. (BETTELHEIM, 2009, p. 7). Além disso,

contos de fadas demonstram sua essencialidade no meio da educação social, pois atuam como incentivadores da persistência, “dando à criança a esperança de que mesmo o mais medíocre pode ter sucesso na vida”. (BETTELHEIM, 2009, p. 10).

Conforme Candido (2004, p. 175), a literatura é um direito de todos os cidadãos, um bem incompressível. Ela configura-se como um bem básico tão necessário quanto alimentação, moradia ou segurança, mas não é possível assegurar que todos tenham acesso a ela. É o caso das crianças em situação de vulnerabilidade social, uma vez que, diante de seus problemas familiares e consequentes limitações sociais, os livros serão deixados de lado para serem priorizadas outras necessidades de maior urgência. No entanto, os livros se ajustam bem ao combate dessas limitações, pois, segundo Vargas Llosa (2004, p. 362), a literatura “apazigua momentaneamente a insatisfação humana, desenvolvendo uma sensibilidade crítica inconformista com a vida”, ou seja, a literatura é imprescindível para uma sociedade democrática que não aceita o conformismo, a submissão de seus cidadãos e as leis que contrariem os Direitos Humanos.

Conforme Peter Hunt, os livros são essenciais para crianças, uma vez que são contribuintes da história social e vitais para cultura daquele que lê ou ouve uma história:

Do ponto de vista histórico, os livros para criança são uma contribuição valiosa à história social, literária e bibliográfica; do ponto de vista contemporâneo, são vitais para a alfabetização e para a cultura, além de estarem no auge da vanguarda da relação palavra e imagem nas narrativas, em lugar da palavra simplesmente escrita. Em termos literários convencionais, há entre eles textos “clássicos”; em termos de cultura popular, encontramos best-sellers mundiais, como a série Harry Potter, e títulos transmitidos por herança de famílias e culturas locais. Estão entre os textos mais interessantes e experimentais no uso de técnicas de multimídias, combinando palavra, imagem, forma e som. (HUNT, 2010, p. 43).

Além de proporcionar aulas criativas e motivadoras, ao utilizar a contação de história “todos saem ganhando, sejam os ouvintes, que serão instigados a imaginar e criar, seja o contador, que terá a oportunidade de recriar

um ambiente de resgate da memória.” (TORRES; TETTAMANZY, 2008, p. 7). As crianças envolvidas provavelmente crescerão criativas e comprometidas com o respeito à diversidade.

Contando histórias e democratizando o acesso à literatura

O primeiro objeto de análise foi constituído pelos índices de contato com a literatura. Constatou-se, a partir de pesquisa quantitativa, que a maioria das crianças afirma não ter livros em casa (75%). Essa carência é suprida pelo SCFV, que possui uma biblioteca com empréstimo livre, o que significa que a criança pode retirar livros e devolver quando quiser, se quiser. Todas as crianças afirmaram gostar de ouvir histórias (100%) e, quando questionadas onde esse tipo de atividade é mais recorrente em suas vidas, a maioria relata que é na escola (90%), ou no SCFV (10%). É interessante notar a ausência do fomento à leitura e à literatura no espaço familiar, uma vez que, se não fossem a escola e o SCFV, as crianças não teriam contato com a literatura, o que seria uma perda, pois:

Sem ela, o espírito crítico, motor da mudança histórica e melhor avalista de sua liberdade, com que contam os povos, sofreria uma perda irremediável. Porque toda boa literatura é um questionamento radical do mundo em que vivemos (VARGAS LLOSA, 2004, p. 359).

A partir destes dados iniciais, foram observadas aulas ministradas no SCFV com intuito de sugerir livros e atividades para os educadores sociais. As primeiras contações de histórias, seguidas das respectivas atividades, foram realizadas pelos autores deste trabalho. Além disso, foram indicados livros adicionais dentro de cada temática para serem trabalhados em momentos posteriores pelos educadores sociais.

Observou-se que os meninos atendidos pelo Serviço de Convivência, provavelmente por vivenciarem situações de violência doméstica no ambiente familiar, recusavam-se a participar de atividades com meninas e, inclusive, a conviver com elas. Assim, sugeriu-se focar em: promover brincadeiras e

trabalhos em grupo; incentivar a não diferenciação de brinquedos e cores; trabalhar envolvendo a temática de gênero e ler de contos envolvendo mulheres.

Para a contação de história, foi utilizada a obra “Menino brinca de boneca?”, de Marcos Ribeiro, que conduz crianças, independente do gênero, a colaborarem nas mesmas atividades, sejam elas convencionadas a serem “de meninos” ou “de meninas”, como jogar futebol, brincar de boneca, ajudar nos afazeres domésticos, etc. A partir dessa problematização envolvendo o livro, as crianças foram apresentadas às formas distintas de convivência social e/ou aparência (como utilização de *piercing*, tatuagem, padrões corporais) a fim de evidenciar que todos têm particularidades e que não há problema algum nisso. No início da atividade, os meninos negaram as possibilidades indicadas pelo livro. Alguns deles manifestaram-se contra alguns fatos narrados, como a possibilidade de brincar com bonecas e de ajudar nos afazeres domésticos. Além disso, algumas crianças evangélicas estranharam que seja comum ter *piercings* ou tatuagens. No entanto, ao longo da atividade prática, os meninos, enquanto brincavam com carrinhos, utilizaram as bonecas na condição de motoristas. Enquanto algumas meninas brincavam de restaurante, os mesmos meninos “dirigiram” até o restaurante para alimentá-las. Essas ações indicam que o preconceito de gênero, embora presente na mente das crianças, pode ser desconstruído.

Ainda na perspectiva da problemática envolvendo gênero, utilizou-se o livro de contos “Histórias de ninar para garotas rebeldes”, que conta ludicamente a história de grandes personalidades femininas que marcaram a história, como Frida Kahlo. Através do contato direto com os contos, as crianças criaram seu próprio conto e/ou desenho envolvendo figuras ou personagens femininas de seu cotidiano, como a mãe, avó, tia, etc. A história foi compartilhada em uma roda, num momento posterior, entre toda a turma. Nesse momento, nenhum menino foi contrário às histórias do livro, da mesma forma que nenhum se opôs a realizar a atividade.

Além do ambiente da sala de aula, as crianças frequentam, semanalmente, o laboratório de informática. Através de pesquisa feita na

internet, averiguou-se a existência de um jogo que conta a história do livro “A Escrava Isaura”, de Bernardo Guimarães. Em virtude de ser gratuito, foi sugerida a instalação do jogo para que as crianças, ao mesmo tempo em que tivessem contato com a literatura em suas diversas manifestações, também compreendessem os dramas da escravidão e de ser mulher nos séculos XIX e XX. Segundo o criador do projeto de literatura em jogos, Miguel Oliveira, o jogo

consiste numa representação metafórica das experiências de Isaura, na qual ela percorre uma versão distorcida do Brasil-Colônia, revivendo o pesadelo que foi a vida cativa e a memória dos eventos que levaram a separar-se do seu bebê. Tentamos principalmente representar o estado psicológico e emocional da personagem, tentar compreender as tribulações por que uma pessoa na situação dela teria passado, de forma a invocar empatia nos jogadores, sublinhando o aspecto humano e as coisas que são comuns entre o jogador e a Isaura e, de fato, todos nós. (OLIVEIRA, 2014).

Quando cogitou-se a possibilidade de ir ao laboratório de informática, todas as crianças ficaram em êxtase. Elas veem o local como um espaço de lazer e, realmente, não deixa de ser, embora, nessa atividade, tenha unido a diversão ao conhecimento. Todas as crianças jogaram e se divertiram com o jogo. Isaura, personagem protagonista, precisava ser conduzida por duas teclas: uma andava, outra pulava. Por vezes, havia buracos no caminho, sob os quais ela deveria pular. Assim, em duplas, uma criança andava, enquanto a outra pulava. No início, cada um escolheu seu par, mas os educadores mudaram as duplas ao longo do tempo, fazendo com que meninos e meninas colaborassem para a vitória de Isaura. Os meninos sequer notaram a diferença entre uma dupla masculina e uma feminina, fazendo com que o momento fluísse de forma significativa.

Em relação a livros adicionais, sugeriu-se aos educadores o trabalho com os seguintes livros: “De onde eu venho?”, de Sergi Camara e Tereza Herrero, que trata do respeito à mulher, representada pela figura da mãe; “E eu com isso?”, de Brian Moses e Mike Gordon, que traz ensinamentos sobre respeito e coletividade; “O duende da ponte”, de Patricia Era Wolff, cujo duende precisa ser respeitoso para atravessar uma ponte e ir à escola; e “O mundinho das boas

atitudes”, de Ingrid Biesemeyer, que trata, de forma ampla, a respeitar o mundo e as pessoas que nele vivem.

Ao longo da observação, também ficou evidente que questões sexuais precisavam entrar nas pautas de discussão. As crianças, mesmo as mais jovens, com quatro anos, usavam palavras sexuais em tom pejorativo para depreciar seus colegas, como “viado” e “bicha”. Para tanto, pretendeu-se realizar a contação de história envolvendo artistas e arte LGBTQ+.

O livro utilizado para a contação foi “Meus dois pais”, de Walcyr Carrasco, produzido especialmente para ser trabalhado com crianças. Na obra, uma criança descobre que tem dois pais e que não há problema algum nisso. Enquanto ouviam a história, várias crianças questionaram a ausência da mãe. Algumas, inclusive, relacionaram a história com suas próprias vidas, já que muitas moram na mesma casa que tios ou avós, parentes que, em alguns momentos, acabam dividindo a figura paterna com o pai biológico. Por esse motivo, houve abstração no sentido de compreender que os dois pais da obra de Walcyr Carrasco são um casal, e não dois homens com algum parentesco que ajudam a criar uma criança. Mesmo assim, não houve quem não concordasse com esse padrão familiar, o que, para nós, foi um ganho. A partir desta leitura, foram produzidos desenhos com as diferentes constituições familiares do século XXI, que, posteriormente, foram pendurados em um varal, na sala.

Durante esta atividade, as crianças foram estimuladas a ouvir músicas de artistas LGBTQ+, como Lulu Santos, Cássia Eller, Mallu Magalhães. Algumas questionavam quem estava cantando, e, nesse momento, além de mostrar-lhes a foto dos artistas, também contávamos um pouco de suas histórias. Além disso, também foi produzido um mural com frases desses mesmos cantores e de outros artistas pertencentes à comunidade LGBTQ+, como o escritor Mário de Andrade e o cantor e compositor Cazuza, que foi fixado junto ao “Varal da Família”, como foi chamada a atividade, que ficou exposta.

Os livros adicionais sugeridos foram: “A família em primeiro lugar”, de J. S. Jackson, que trata da importância da família para oportunizar bons

aprendizados; e “Tudo bem ser diferente”, de Todd Parr, que indica as múltiplas facetas do ser humano, culminando no respeito à diferença e à diversidade.

Por fim, constatou-se a necessidade de também trabalhar questões envolvendo raça e religiosidade. Nos SCFV ocorrem, semanalmente, diversas oficinas de recreação, entre elas a oficina de capoeira. Diversos alunos recusam-se a participar por atribuem às vestimentas brancas e ao berimbau a alcunha de “macumba”, como algo pejorativo relacionado à dança. A partir do livro “O que há na África”, de Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga, pode-se fazer uma dinâmica envolvendo papel machê. Este material foi feito pelos próprios alunos com jornal, cola e água. Após confecção do material, eles produziram bonecos com a temática africana, que foram pintados com tinta guache. Num primeiro momento, foi feita uma exposição e, depois, as próprias crianças solicitaram o boneco para brincar.

Como livros adicionais, sugeriu-se o trabalho com os seguintes livros: “O que acontece quando eu falo com Deus?”, de Stormie Omartian, que fala sobre a forma que Deus nos ouve através das palavras ditas com amor, independente da religião; e “Onde existe amor, Deus aí está”, de Leon Tolstoi, que ressalta a ideia de que Deus não está aqui ou ali, está dentro de nós, nas boas atitudes.

Considerações finais

A presente pesquisa traz à tona os desafios e as complexidades envolvidas na função do Educador Social, tendo, como um dos objetivos, proporcionar o conhecimento sobre a importância da atuação deste profissional. Ainda que seja uma profissão relativamente nova, o Educador Social demonstra ser essencial na vasta caminhada das políticas públicas voltadas para o bem-estar das crianças e para a promoção dos Direitos Humanos nos espaços educacionais.

Este estudo, por si só, rendeu os materiais necessários à análise que a pesquisa propunha; não obstante, consideramos que podem haver acréscimos e, inclusive, outros estudos acerca do tema, envolvendo diferentes metodologias com o intuito de confirmar os resultados encontrados ou mesmo de encontrar novos resultados.

Constatou-se, após o estudo de caso, que as principais dificuldades das crianças atendidas pelos Serviços para a boa convivência em sociedade dizem respeito à questões envolvendo gênero, religiosidade e sexualidade. A partir disso, foram propostas atividades literárias que objetivaram a promoção dos Direitos Humanos e a redução de desigualdades sociais, propiciando o acolhimento e a redução da situação de vulnerabilidade das crianças, permitindo uma melhor qualidade de vida e colaborando na constituição de cidadãos autônomos e atuantes na mudança de suas realidades.

A escolha da Literatura como questão norteadora para as atividades deu-se em virtude de que o trabalho com crianças precisa ser lúdico e motivador, e pela ausência de uma política cultural que incentive a leitura na cidade. Dessa forma, os textos literários não foram restringidos à atividades de entretenimento ou à análise de técnicas de escrita, mas culminaram na formação dos estudantes, na consolidação de suas condições humanas e nas suas vivências emocionais e afetivas.

A vulnerabilidade social, antes atribuída à baixa renda, situações de risco e/ou violências e somente ocorrida em locais com índice de pobreza, hoje é compreendida e reduzida de várias outras formas, inclusive através da Literatura. Dessa forma, a partir de livros com abordagens socioculturais, acreditamos que as crianças foram acolhidas e provavelmente crescerão com mais dignidade humana, um direito de todos e de todas.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura Infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1993.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata? In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 309-319.

BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Paz e Terra: São Paulo, 2009.

BRASIL. Câmara de Deputados. *Projeto de lei n.º 5.346-c, de 2009*. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C7B439948EB110D57CF00827858E39E0.proposicoesWebExterno2?codteor=1602478&filename=Avulso+-PL+5346/2009>. Acesso em: 7 jun. 2019.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas cidades, 2004. p. 169-191.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil*. Ática: São Paulo, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação dos Direitos Humanos*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GORCZEWSKI, Clovis; TAUCHEN, Gionara. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. *Educação*, v. 31, n. 1, p. 66-74, 2008.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da Literatura Infantil*. São Paulo: Summus, 1979.

OLIVEIRA, Miguel. *A Escrava Isaura é protagonista de um jogo “Português”*. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/12/23/p3/noticia/a-escrava-isaura-e-protagonista-de-um-jogo-portugues-1822243>>. Acesso em: 14 mar 2020.

PETITAT, Andre. *Produção da escola, produção da sociedade*; análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RIBAS, Érico. *A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Educação. Florianópolis.

SOARES, Magda. Português na escola – história de uma disciplina curricular. In: Bagno, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

TORRES, Shirlei Milene; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Contação de histórias: resgate de memória e estímulo à imaginação. *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*. Sessão aberta PPG-LET-UFRGS. Porto Alegre. Vol. 04. n. 01 – jan/jun 2008.

VARGAS LLOSA, Mario. A literatura e a vida. In: _____. *A verdade das mentiras*. São Paulo: Arx, 2004. p. 349-367.

ZLUHAN, Mara Regina; RAITZ, Tânia Regina. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 95, n. 239, p. 31-54, 2014.